

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.099 - RJ (2019/0128841-5)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : LUIZA CARMEN BONADIMAN
ADVOGADO : CLAYTON DA SILVA CAMPANHA - RJ125712
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. UNIÃO ESTÁVEL NÃO RECONHECIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DO PARTICULAR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial fundando nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da Constituição Federal, interposto contra Acórdão do Tribunal Regional Federal da 2a. Região que, reformando a sentença, negou o reconhecimento da união estável, para fins de concessão de pensão por morte.

2. Em seu Apelo Especial inadmitido, sustenta a recorrente que é possível o reconhecimento de união estável, para fins de concessão de benefício previdenciário, havendo nos autos provas suficientes de tal situação, asseverando que é desnecessária a comprovação de dependência econômica para reconhecimento da união estável.

3. É o relatório.

4. A Lei 8.213/1991, que dispõe sobre os benefícios da Previdência Social, preceitua em seu art. 74 ser devida pensão por morte aos dependentes do segurado falecido, não sendo exigido o cumprimento de carência.

5. Assim, para que seja concedida a pensão por morte, faz-se necessária a comprovação da condição de dependente, bem como a qualidade de segurado, ao tempo do óbito.

6. Segundo o art. 16 da Lei 8.213/1991, a pensão será

devida aos dependentes na seguinte ordem: (a) cônjuge, companheiro; (b) filhos não emancipados menores de 21 anos ou inválidos de qualquer idade; (c) pais; e (d) irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de idade ou inválido de qualquer idade.

7. Na presente hipótese, a qualidade de segurada é incontroversa, já que reconhecida nas instâncias de origem, não tendo a Autarquia Previdenciária se insurgido contra ela.

8. Ocorre que as instâncias ordinárias reputaram que os documentos carreados aos autos não lograram demonstrar a existência de união estável entre a autora e o segurado falecido, nem mesmo a prova testemunhal foi suficiente para tal comprovação, nem para elidir as provas em contrário carreadas aos autos.

9. Nestes termos, a alteração desse entendimento exige a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que, entretanto, encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual *a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial*.

10. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo do Particular.

11. Publique-se.

12. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR